

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.587.509 - ES (2019/0283497-5)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
AGRAVANTE : LUIS MARCOS DE OLIVEIRA ROCHA
ADVOGADO : FREDERICO POZZATTI DE SOUZA - ES019811
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por LUIS MARCOS DE OLIVEIRA ROCHA contra a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo que não admitiu o recurso especial.

Informam os autos que o agravante foi condenando às penas de 9 anos de reclusão, em regime inicial fechado, e de 390 dias-multa, pela prática do delito previsto no art. 157, § 2º, incisos I, II, IV e V, do Código Penal.

Inconformada, a defesa interpôs recurso de apelação perante o Tribunal estadual, o qual negou provimento à irresignação, mantendo todos os termos da sentença condenatória.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Contra a decisão foi apresentado recurso especial, com fulcro na alínea *a*, do inciso III, do art. 105 da Constituição Federal, o qual não foi admitido na origem, com fundamento nas Súmulas n. 7/STJ, 283 e 284/STF.

No presente recurso, alega o agravante que os óbices indicados na decisão de admissibilidade não incidiriam na espécie.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo provimento do agravo e parcial provimento do recurso especial.

É o relatório.

Devidamente impugnada a decisão combatida, merece exame o inconformismo.

Preliminarmente, nas razões do recurso especial, a defesa alega afronta ao art. 599 c/c o art. 617, ambos do CPP, sob o argumento de que a Corte de origem, ao analisar os elementos probatórios relacionados à autoria e ao revisar à dosimetria da pena, teria apresentado fundamentação nova indevidamente em recurso exclusivo da defesa.

Quanto ao ponto, a jurisprudência deste Sodalício é assente no sentido de que *"a ampla devolutividade do recurso de apelação permite ao juízo ad quem o acréscimo de fundamentos diversos dos declinados no decisum primevo. Em tais hipóteses, contanto que não se eleve a reprimenda imposta, ou agrave a situação do apenado, não há falar em reformatio in pejus"* (AgRg no HC 484.928/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe 02/09/2019).

Na mesma direção, os seguintes julgados deste Sodalício:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DISPENSA INDEVIDA DE LICITAÇÃO. ALEGAÇÃO DE REFORMATIO IN PEJUS. NÃO OCORRÊNCIA. POSSIBILIDADE DO TRIBUNAL INVOCAR NOVOS FUNDAMENTOS PARA

MANTER A CONDENAÇÃO. PRECEDENTES. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO DOLO ESPECÍFICO DE CAUSAR DANO AO ERÁRIO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

I- Pacífica a jurisprudência no sentido de que a ampla devolutividade da apelação autoriza o Tribunal, ainda que em recurso exclusivo da defesa, invocar fundamentos diversos daqueles que subsidiaram a prolação de édito condenatório, com vistas à sua manutenção, não havendo que se falar, ao contrário do asseverado pela defesa, em ocorrência de reformatio in pejus. Precedentes.

II- Na hipótese, a reforma do entendimento do Tribunal a quo, de que restaram demonstrados o dolo específico de causar dano ao erário, bem como o prejuízo, demandaria inevitavelmente o reexame do quadro fático-probatório, sendo, todavia, vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias no âmbito dos recursos extraordinários (Súmula 07/STJ e Súmula 279/STF).

Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 1480106/PB, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 10/10/2019, DJe 21/10/2019, grifou-se)

PENAL. PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 22, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 7.492/1986. EVASÃO DE DIVISAS. QUEBRA DE SIGILO. INOCORRÊNCIA. INFORMAÇÕES REQUISITADAS DIRETAMENTE PELO BANCO CENTRAL DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA E REPASSADAS AO MINISTÉRIO PÚBLICO. VIGÊNCIA DA LEI Nº 4.595/1964. DADOS COMPARTILHADOS NO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL DO BACEN. APELAÇÃO. FUNDAMENTOS DIVERSOS PARA CONFIRMAR A SENTENÇA CONDENATÓRIA. REFORMATIO IN PEJUS. INEXISTÊNCIA. DOSIMETRIA. EXCESSO. INOCORRÊNCIA. FIXAÇÃO DA REPRIMENDA COM LASTRO EM ELEMENTOS IDÔNEOS. AUSÊNCIA DE DESPROPORCIONALIDADE. PLEITO DE INCIDÊNCIA DA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. IMPOSSIBILIDADE. CONFISSÃO INSUFICIENTE E NÃO UTILIZADA PELO MAGISTRADO SENTENCIANTE NA FORMAÇÃO DA SUA CONVICÇÃO.

[...]

II - É assente na jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça que o fato do Tribunal a quo ter se valido de fundamentos diversos para confirmar a sentença condenatória não implica ofensa ao princípio do non reformatio in pejus, uma vez que, desse modo, não há agravamento na situação dos condenados.

Em verdade, a ampla devolutividade do recurso de apelação confere ao Juízo ad quem a cognição de toda matéria decidida em primeira instância, na extensão do tantum devolutum quantum appellatum, sem que se restrinja aos mesmos fundamentos ou motivos da sentença. Precedentes.

[...]

Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1782101/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe 18/02/2019, grifou-se)

Na hipótese, embora a Corte de origem tenha apresentado fundamentação nova quanto ao elementos de convicção relacionados à autoria e novos fundamentos para manter o aumento da pena-base, se ateve aos pontos impugnados pela defesa sem prejudicar o réu, tendo em vista que sua situação permaneceu inalterada, conforme preconiza a jurisprudência deste Sodalício.

Dessarte, por se encontrar o acórdão recorrido em consonância com jurisprudência firmada nesta Corte, a pretensão do agravante esbarra no óbice previsto na Súmula n. 83/STJ, também aplicável ao recurso especial interposto com fundamento na alínea a do permissivo constitucional.

No que tange à pena-base, que teria sido majorada com fundamentos inidôneos, cumpre observar os termos da sentença condenatória, *in verbis*:

"63- Culpabilidade evidenciada pela intenção de praticar o delito quando poderia ter agido conforme o direito sem violar norma penal que proíbe a prática da conduta, sendo desfavoráveis ao réu. O acusado se revela possuidor de bons antecedentes, não existindo nos autos registro de qualquer condenação definitiva por fato delituoso que venha desabonar essa circunstância. Sua conduta social, que se reflete na convivência no grupo e sociedade é normal. A personalidade do acusado é normal. Motivo não justifica o crime, devendo ser sopesado em seu desfavor. O delito foi praticado em circunstâncias desfavoráveis. As conseqüências do delito foram graves, haja vista o constrangimento experimentado pela vítima, e o sentimento de insegurança causado. O comportamento da vítima em nada influiu.

64- Analisadas as circunstâncias judiciais, verifico que são desfavoráveis a acusada, razão pelo qual fixo a PENA BASE EM 06 (SEIS) ANOS DE RECLUSÃO."
(e-STJ fl. 974/975)

A Corte estadual, por sua vez, asseverou, a saber:

"O Apelante afirma carecerem de fundamentação as

circunstâncias judiciais tidas como negativas, quais sejam, a culpabilidade, os motivos, as circunstâncias e as consequências do crime.

Não restou evidenciado nos autos motivos que ensejaram a prática delituosa que extrapolem os elementos do próprio tipo penal, não devendo esta circunstância judicial ser negativamente sopesada em desfavor do Apelante.

As circunstâncias do crime, por sua vez, segundo relato da vítima, devem ser desconsideradas desfavoráveis, não bastasse que o crime ter sido cometido mediante violência e grave ameaça, o ofendido teve a sua liberdade cerceada quando da ocorrência do crime, além de ter sido levado a um matagal, donde só foi liberado após horas de momentos de tensão.

Outrossim, as consequências do crime devem ser consideradas graves, eis que o ofendido, que exercia a profissão de caminhoneiro por vinte e cinco anos, deixou de exercê-la em razão de ter ficado traumatizado após ser vítima de tal crime. Tal prejuízo excede os limites do tipo penal.

A culpabilidade, sendo o espelho das demais circunstâncias judiciais, neste caso, restou evidenciada, devendo ser negativamente sopesada. Ademais, tal crime, inegavelmente, foi cometido mediante premeditação dos agentes, sendo mais um elemento que demonstre a correta interpretação negativa desta circunstância.

Assim, mantenho a pena-base tal como fixada pelo juiz de piso." (e-STJ fls. 1.205)

Sabe-se que a aplicação da pena-base é o momento em que o juiz, dentro dos limites abstratamente previstos pelo legislador, deve eleger, fundamentadamente, o *quantum* ideal de pena a ser aplicada ao condenado criminalmente, visando à prevenção e à repressão do delito praticado.

Assim, para chegar a uma aplicação justa da lei penal, o sentenciante, dentro dessa discricionariedade juridicamente vinculada, deve atentar para as singularidades do caso concreto, guiando-se pelos fatores relacionados no *caput* do art. 59 do Código Penal.

Nos termos de entendimento pacífico no âmbito desta Corte Superior de Justiça, a revisão da dosimetria da pena em recurso especial é admissível apenas diante de ilegalidade flagrante.

Na hipótese em apreço, verifica-se que o Tribunal *a quo*, ao rever a pena do recorrente, considerou como negativos os vetores culpabilidade, circunstâncias e consequências.

No que diz respeito à culpabilidade, a Corte de origem consignou sua maior reprovabilidade, tendo em vista que os agentes premeditaram o delito, e quanto às

consequência, observou que a vítima deixou de exercer sua profissão de caminhoneiro em razão do trauma causado pelo delito.

Com efeito, nota-se que a fundamentação empregada, de fato, é apta a majorar a sanção na primeira fase da dosimetria, pois baseada em elementos concretos da conduta delituosa que extrapolam a culpabilidade e as consequências ordinárias previstas no tipo penal, conforme preconiza a jurisprudência deste Sodalício.

Nessa direção:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. ROUBO QUALIFICADO. MAJORAÇÃO DA PENA-BASE. CULPABILIDADE. PREMEDITAÇÃO. FUNDAMENTO IDÔNEO. DESPROPORCIONALIDADE. INEXISTÊNCIA. ART. 157, § 2.º, INCISOS I E II, DO CÓDIGO PENAL. DOSIMETRIA. SÚMULA N.º 443/STJ. EXASPERAÇÃO DEVIDAMENTE JUSTIFICADA ANTE AS CARACTERÍSTICAS DO DELITO. PENA SUPERIOR A 4 E INFERIOR A 8 ANOS DE RECLUSÃO. FIXAÇÃO DE REGIME SEMIABERTO. CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL VALORADA NEGATIVAMENTE. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A premeditação é fundamento idôneo para amparar a majoração da pena-base pela valoração negativa atribuída ao vetor culpabilidade.

2. O aumento da pena-base não está adstrito a critérios matemáticos. No caso concreto, considerado o intervalo entre as penas mínima e máxima abstratamente cominadas ao delito (4 a 10 anos de reclusão), não se verifica desproporcionalidade na exasperação da pena-base em 8 (oito) meses acima do mínimo legal, diante da negatificação da culpabilidade.

[...]

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1788574/TO, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 06/08/2019, DJe 19/08/2019, grifou-se)

PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. DOSIMETRIA. ROUBO DUPLAMENTE CIRCUNSTANCIADO E CORRUPÇÃO DE MENORES. CARÊNCIA DE MOTIVAÇÃO IDÔNEA PARA A EXASPERAÇÃO DAS PENAS-BASE PELAS CIRCUNSTÂNCIAS DOS CRIMES. VALORAÇÃO NEGATIVA DAS CONSEQUÊNCIAS MANTIDO. REPRIMENDAS REVISTAS. REGIME PRISIONAL FECHADO MANTIDO. WRIT NÃO CONHECIDO E ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

2. A individualização da pena é submetida aos elementos de convicção judiciais acerca das circunstâncias do crime, cabendo às Cortes Superiores apenas o controle da legalidade e da constitucionalidade dos critérios empregados, a fim de evitar eventuais arbitrariedades.

Destarte, salvo flagrante ilegalidade, o reexame das

circunstâncias judiciais e os critérios concretos de individualização da pena mostram-se inadequados à estreita via do habeas corpus, pois exigiriam revolvimento probatório.

3. Para fins do art. 59 do Código Penal, as circunstâncias do crime devem ser entendidas como os aspectos objetivos e subjetivos de natureza accidental que envolvem o delituoso. In casu, o fato do crime ter sido perpetrado contra menor de 15 anos não denota a gravidade concreta do crime de roubo, revelando-se, portanto, incabível a exasperação da pena-base pelo seu modus operandi. 4. Em relação às consequências do crime, que devem ser entendidas como o resultado da ação do agente, a avaliação negativa de tal circunstância judicial mostra-se eskorreita se o dano material ou moral causado ao bem jurídico tutelado se revelar superior ao inerente ao tipo penal. Por certo, conquanto o fato de os bens roubados não terem sido integralmente devolvidos não justifique, de per si, o incremento da pena-base a título de consequências do crime, o prejuízo suportado pela vítima, somado ao trauma nela incutido, o qual implicou mudança em sua rotina, permite a exasperação da pena-base a título de consequências do crime.

[...]

7. Writ não conhecido. Ordem concedida, de ofício, a fim de reduzir a pena dos pacientes a 6 anos e 4 meses de reclusão, mais 13 dias-multa, ficando mantido o regime prisional fechado.

(HC 403.686/RJ, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 02/10/2018, DJe 09/10/2018, grifou-se)

Quanto às circunstâncias do crime, em que pese a restrição da liberdade da vítima não poder ser levada em consideração da primeira fase para não incorrer em indevido *bis in idem*, já que que tal circunstância foi considerada na terceira fase da dosimetria pela aplicação da majorante prevista no art. 157, § 2º, inciso V, do CP, observa-se o fato da vítima ter sido levada a um matagal logo após a empreitada criminoso deve ser valorado em desfavor do réu, pois, de fato, representa maior reprovabilidade da conduta.

Nessa direção:

PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. ROUBO DUPLAMENTE MAJORADO. DOSIMETRIA. PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. MODUS OPERANDI. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

2. A individualização da pena é submetida aos elementos de convicção judiciais acerca das circunstâncias do crime, cabendo

às Cortes Superiores apenas o controle da legalidade e da constitucionalidade dos critérios empregados, a fim de evitar eventuais arbitrariedades.

Dessarte, salvo flagrante ilegalidade, o reexame das circunstâncias judiciais e os critérios concretos de individualização da pena mostram-se inadequados à estreita via do habeas corpus, pois exigiriam revolvimento probatório.

3. Hipótese na qual a pena-base foi exasperada em razão do modus operandi do crime, praticado em concurso de diversos agentes previamente ajustados, mediante o emprego de armas de fogo e de uniformes de empresa prestadora de serviços, com restrição da liberdade das vítimas por mais de 7 (sete) horas, o que lhes causou grande temor. Deveras, a dinâmica do delito denota gravidade superior à ínsita ao crime de roubo e o maior grau de censura do comportamento do agente, a exigir resposta penal mais expressiva, em atendimento ao princípios da individualização da pena e da proporcionalidade. Precedentes.

4. Se o decreto condenatório deixou de reconhecer a incidência da agravante do art. 157, 2º, V, do Código Penal, não há se falar em bis in idem na valoração do tempo de restrição da liberdade das vítimas na primeira fase do procedimento dosimétrico com o escopo de corroborar a necessidade de exasperação da pena-base a título de circunstâncias do crime.

5. Writ não conhecido.

(HC 397.156/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 20/06/2017, DJe 28/06/2017, grifou-se)

Ressalta-se que a ponderação das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal **não é uma operação aritmética**, mas sim um exercício de discricionariedade vinculada, que impõe ao magistrado, fundamentadamente, eleger a sanção que melhor servirá para a prevenção e a repressão do fato-crime praticado, **exatamente como procedido na espécie**.

Nesse norte:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE VIGÊNCIA DO ART. 59 DO CP. ELEVAÇÃO DA PENA-BASE. QUANTUM DE AUMENTO. (I) - JUSTIFICATIVA IDÔNEA. ALTERAÇÃO. INVIABILIDADE. REEXAME FÁTICO E PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. (II) - DISCRICIONARIEDADE DO MAGISTRADO SENTENCIANTE. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Apresentando o Tribunal a quo justificativa idônea para a elevação da pena-base, não possui esta senda eleita espaço para a análise da matéria suscitada pelo recorrente, cuja missão pacificadora restara exaurida pela instância ordinária. Incidência da Súmula 7/STJ.

2. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, "a dosimetria da pena configura matéria restrita ao âmbito

de certa discricionariedade do magistrado e é regulada pelos critérios da razoabilidade e da proporcionalidade, de modo que, não evidenciada nenhuma discrepância ou arbitrariedade na exasperação efetivada na primeira fase da dosimetria, deve ser mantida inalterada a pena-base aplicada" (AgRg no HC 343.128/MS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 19/05/2016, DJe 31/05/2016) 3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 1004540/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 21/02/2017, DJe 02/03/2017, grifou-se)

Dessa forma, estando o acórdão impugnado de acordo com a jurisprudência desta Corte Superior, a pretensão do agravante novamente esbarra no óbice previsto na Súmula n. 83/STJ.

No que concerne ao pedido de modulação da causa de aumento de pena disposta no art. 157, § 2º, incisos II, IV e V, do CP, o Magistrado singular aplicou a fração de 1/2 (metade) nos seguintes termos:

"66- Reconheço a causa de aumento de pena prevista no artigo 157, § 2º, inc. I, II, IV e V do Código Penal, e aumento a pena na proporção de 1/2 (um meio), eis que as circunstâncias são desfavoráveis, fixando-a em 09 (nove) anos de reclusão." (e-STJ fl. 975)

A Corte *a quo*, por sua vez, asseverou, *in verbis*:

"Na terceira fase da dosimetria, incidia, à época dos fatos, a causa de aumento de pena em 1/3 prevista no §2º, inciso I do art. 157 do CP, caracterizada pelo emprego de arma (faca).

Contudo, o advento da Lei 13.654/2018 revogou o mencionado inciso.

Assim, aplica-se o princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica, previsto no art. 2º, parágrafo único do Código Penal, de modo que o roubo com o emprego de faca deixe de ser punido como roubo circunstanciado.

Presentes as causas de aumento de pena do §2º, incisos II, IV e V, mantenho o aumento de pena na proporção de Vi fixado em sentença, em razão das circunstâncias judiciais desfavoráveis." (e-STJ fls. 1.205/1.206)

Da análise dos autos, denota-se que as instâncias de origem não lograram indicar circunstâncias concretas em que o crime de roubo foi praticado e que justificariam o incremento da reprimenda em percentual acima do mínimo legal, tendo em vista que consideraram tão somente o número de majorantes.

Deveras, verifica-se que o acórdão recorrido dissentiu do entendimento consolidado no âmbito desta Corte de superposição sobre o assunto, no sentido de que a mera presença de mais de uma majorante no crime de roubo não é motivo suficiente à exasperação da sanção em patamar acima do mínimo legalmente previsto, salvo se o julgador, valendo-se das peculiaridades do caso concreto, justificar explicitamente a necessidade do acréscimo maior, o que não se evidenciou na espécie.

Aplica-se ao caso o verbete 443 da Súmula do STJ, *ipsis litteris*:

O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes.

Nesse sentido, os seguintes julgados:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. DOSIMETRIA DA PENA. EXASPERAÇÃO EM RAZÃO DAS MAJORANTES DO CRIME DE ROUBO EM 3/8. FUNDAMENTAÇÃO INSUFICIÊNCIA. SÚMULA 443 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. INCIDÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A decisão deve ser mantida por seus próprios fundamentos.

2. Conforme outrora consignado, constatado constrangimento ilegal manifesto que merece reparos no que se refere ao quantum de aumento da pena em razão da incidência das majorantes previstas nos incisos I e II do § 2º do art. 157 do Código Penal - CP. É que a pena foi aumentada em 3/8, exclusivamente com fundamento no número de majorantes, em desrespeito ao enunciado n. 443 do STJ.

O recrudescimento da pena na terceira fase da dosimetria alusiva ao delito de roubo majorado, em fração mais elevada que 1/3, demanda fundamentação concreta, não se afigurando idônea a simples menção ao número de majorantes, o que não ocorreu na espécie. Deve-se, portanto, ser aplicada a fração mínima de 1/3, reduzindo-se a pena do paciente para 5 anos, 4 meses de reclusão, mais 12 dias-multa.

Mantendo-se a fração aplicada pelo Tribunal de origem do concurso formal (1/6), torna-se a pena definitiva em 6 anos e 2 meses e 20 dias de reclusão e 14 dias-multa.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 516.951/SC, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 13/08/2019, DJe 22/08/2019, grifou-se)

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. CIRCUNSTANCIADO. SENTENÇA. DOSIMETRIA DA PENA. EXASPERAÇÃO EM RAZÃO DAS MAJORANTES DO CRIME DE ROUBO EM 3/8, SEM FUNDAMENTAÇÃO PARA TANTO.

SÚMULA 443/STJ. INCIDÊNCIA. INSURGÊNCIA CONTRA A CONCESSÃO LIMINAR DA ORDEM. ALEGAÇÕES DE INCOMPETÊNCIA, SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA E AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. AFIRMAÇÕES INSUFICIENTES À RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO HOSTILIZADA. TEMA SUMULADO NO ÂMBITO DESTA CORTE. WRIT SUFICIENTEMENTE INSTRUÍDO. PREDOMINÂNCIA DA ANÁLISE DA OFENSA À LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO.

1. Deve ser mantida a decisão monocrática em que se concede liminarmente a ordem impetrada, quando evidenciado manifesto constrangimento ilegal à liberdade de locomoção.

2. A matéria se encontra sumulada no âmbito deste Superior Tribunal, nos termos do Enunciado 443, segundo o qual o aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes. Tal circunstância autoriza a apreciação do tema em decisão unipessoal, quando evidenciada a suficiente instrução do writ. 3. Verificada a insuficiência de motivação a respeito do mérito do tema, não há falar em reconsideração da decisão atacada.

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC 482.474/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 19/02/2019, DJe 11/03/2019, grifou-se)

Dessa forma, de acordo com a argumentação exposta, não tendo sido apontada justificativa idônea à adoção da guerreada fração de 1/2 (metade), deve ser reduzido o *quantum* de aumento na terceira fase dosimétrica do crime de roubo circunstanciado ao patamar legal mínimo de 1/3 (um terço).

Procedendo à nova dosimetria, a pena-base foi fixada em 6 anos de reclusão e 260 dias-multa, a qual permaneceu inalterada na segunda fase, ante a ausência de atenuantes ou agravantes.

Na terceira etapa, nos termos desta decisão, a pena é aumentada em 1/3 (um terço), em razão da existência das majorantes previstas no art. 157, § 2º, incisos II, IV e V, do CP, resultando a reprimenda em 8 anos de reclusão e 346 dias-multa, a qual torna-se definitiva.

Por tais razões, **conheço do agravo e dou parcial provimento ao recurso especial**, nos termos do art. 253, parágrafo único, inciso II, alínea c, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **a fim de redimensionar a pena do agravante para 8 anos de reclusão e 346 dias-multa**, mantidos os demais termos do acórdão recorrido.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator